

RECURSO ESPECIAL Nº 1.586.338 - SP (2016/0045568-0)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
RECORRENTE : **SISTA- SINDICATO DOS SERVIDORES TECNICOS ADMINISTRATIVOS DA FUFMS**
ADVOGADO : **MARTA DO CARMO TAQUES E OUTRO(S) - MS003245**
RECORRENTE : **FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL**
RECORRIDO : **OS MESMOS**

DECISÃO

Trata-se de Recurso Especial interposto pela FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL - FUFMS, com base no art. 105, III, **a**, da CF/88, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS À EXECUÇÃO DE SENTENÇA. SERVIDOR PÚBLICO. 28,86%. EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. ACORDO EXTRAJUDICIAL FEITO DIRETAMENTE COM OS SERVIDORES. PAGAMENTO ADMINISTRATIVO DAS DIFERENÇAS DEVIDAS. EXECUÇÃO DA VERBA HONORÁRIA. PROSSEGUIMENTO. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA E OFENSA À COISA JULGADA. MATÉRIA DE MÉRITO. SENTENÇA CORRIGIDA DE OFÍCIO.

1. Sentença retificada de ofício para que conste como representado Luciano Correa da Silva.
2. Matéria preliminar analisada juntamente com o mérito.
3. O Egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, tendo sido o acordo dos 28,86% firmado em data anterior à edição da MP 2.169/01, quando não era possível suprir a apresentação de homologação judicial por meio de documento do SIAPE, cabe à Administração apresentar o termo da transação, devidamente homologado pelo juízo competente (AGRESP 1.011.707 e RECURSO ESPECIAL 1.188.613).
4. A mesma Corte entendeu que não havendo ação em curso podem os servidores firmar acordos na esfera administrativa para recebimento do reajuste (28,86%), independentemente de homologação judicial, o qual pode ser comprovado por meio de extrato fornecido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos

Humanos - SIAPE.

5. Demonstrada pela documentação fornecida pelo SIAPE que houve acordo administrativo feito diretamente com os servidores, que não integraram o pólo passivo da ação originária, para recebimento das diferenças dos 28,86%, não há mais crédito a executar em sede da presente demanda.

Pretensão recursal do embargado desacolhida neste aspecto.

6. Quanto à verba honorária, cabe o prosseguimento da execução, para fixá-la em 5% sobre o valor do acordo.

7. Sentença retificada de ofício. Apelação parcialmente provida" (fls. 144/145e).

Opostos Embargos de Declaração, foram rejeitados:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OBSCURIDADE. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. EMBARGOS IMPROVIDOS.

1. A finalidade dos embargos de declaração é completar o acórdão omisso ou, ainda, aclará-lo, dissipando obscuridades ou contradições, para que se extraia da decisão todo o seu real alcance.

2. O v. acórdão embargado está devidamente fundamentado, não tendo ocorrido nenhuma das hipóteses previstas no artigo 535 do Código de Processo Civil.

3. A preliminar de cerceamento de defesa, suscitada na apelação, foi analisada juntamente com o mérito, não havendo obscuridade a ser sanada neste aspecto.

4. Os embargos de declaração não são o meio adequado para pleitear a reforma do acórdão.

5. Tendo em vista a sucumbência recíproca, não prospera a pretensão recursal da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul de manutenção da verba honorária fixada nos embargos à execução em R\$ 800,00 (oitocentos reais).

6. Embargos de declaração de ambas as partes improvidos" (fl. 172e).

No recurso especial, a parte recorrente aponta ofensa aos arts. 20, caput e § 3º, 535, I e II, e 794, II, do CPC/1973, sustentando o seguinte:

"DO CABIMENTO DO RECURSO

Cabimento do recurso pela alínea a - contrariedade ao art. 535, I e II, 110 do CPC

O v. acórdão que julgou os embargos de declaração contraria o artigo

535, I e II, do Código de Processo Civil, pois se negou a corrigir obscuridade e omissão devidamente demonstradas.

Com efeito, foram interpostos os embargos com fundamento legal, exercendo a Autarquia o direito de ampla defesa, dentro dos limites legais, buscando esclarecimento e o prequestionamento da matéria.

(...)

Se o v. acórdão foi obscuro e omissivo quanto a questão dos embargos à execução opostos pela FUFMS terem sido providos e isso ensejar a condenação parte contrária em honorários advocatícios, não há como negar a necessidade dos embargos declaratórios, especialmente para que as normas violadas fiquem prequestionadas no julgado, possibilitando a interposição de posterior recurso para o Tribunal Superior competente, viabilizando o exercício do direito de defesa. Ademais, o mesmo v. aresto não analisou a questão de serem inexequíveis os honorários fixados na ação de conhecimento, uma vez que, se não se apurou valores devidos, não havendo como executar o disposto na r. sentença condenatória (honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação).

Assim, a prevalecer o v. Acórdão que rejeitou os Embargos de Declaração haverá ofensa ao artigo 535, I e II do CPC.

Se há omissão, contradição ou obscuridade no Acórdão embargado, e mesmo com a interposição de embargos declaratórios a Turma se abstém de sanar o vício, não há como negar a violação ao mencionado art. 535, do CPC.

(...)

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DEVIDOS EM FAVOR DA FUFMS EM FACE DA PROCEDÊNCIA DOS EMBARGOS À EXECUÇÃO DA CONTRARIEDADE AO ARTIGO 20, CAPUT, E PARÁGRAFO 3º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Se porventura os ilustres julgadores entenderem que o acórdão que julgou os embargos de declaração não merece ser anulado, a fundação recorre diretamente da questão dos honorários.

O v. acórdão contraria o artigo 20, caput, e parágrafo 3º, do Código de Processo Civil. Com efeito, o acórdão recorrido deixou de apreciar a questão referente aos honorários advocatícios à luz deste artigo, o que equivale a dizer que afastou sua aplicação.

(...)

Com efeito, o v. aresto recorrido manteve a r. sentença de primeira instância quanto o reconhecimento da inexistência de valores a serem executados em face dos acordos celebrados com os representados do

sindicato.

Ou seja, o v. aresto recorrido reconheceu a procedência dos embargos à execução propostos pela FUFMS e manteve a sentença quanto a extinção do principal (extinção dos valores devidos por força do reajuste de 28,86%), e apenas determinou o prosseguimento em relação aos honorários advocatícios e os reduziu para 5% sobre o valor do acordo.

Desta forma, como a sucumbência da FUFMS foi mínima, deve ser mantida a verba honorária fixada em favor da fundação, pois os embargos à execução constituem ação diversa da demanda principal. Como os exequentes deram causa ao ajuizamento os embargos à execução e perderam a maior parte destes, devem arcar com as verbas sucumbenciais.

(...)

Ante o exposto, requer que o presente recurso seja provido para fixar honorários advocatícios em favor da FUFMS em face da procedência dos embargos à execução.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS FIXADOS NA AÇÃO DE CONHECIMENTO DA VIOLAÇÃO AO DISPOSTO NOS ARTIGOS 794, II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

O v. aresto violou o disposto nos artigos 794, II, do Código de Processo Civil, (...).

Com efeito, no presente caso, em primeira instância os embargos à execução opostos pela FUFMS foram acolhidos para extinguir a execução, face o reconhecimento de que não há mais o que executar, pois os valores devidos já foram pagos em face dos acordos administrativos realizados.

No entanto, o v. acórdão recorrido entendeu por bem determinar o prosseguimento da execução em relação aos honorários advocatícios fixados em favor do patrono dos embargados, ora recorridos, fixando-os em 5% do valor dos acordos.

Ocorre que a r. sentença condenatória, transitada em julgado, é inexequível no que tange ao honorários advocatícios fixados em favor da recorrido.

(...)

A condenação da FUFMS decorre do v. aresto julgou procedente a ação rescisória e condenou a fundação a pagar o reajuste de 28,86% aos representados e fixou honorários advocatícios de 10% do valor da condenação. Ocorre que, se não existem valores a serem pagos, a execução restou vazia e, por via de consequência, não há sobre o que incidir os honorários advocatícios. Se não há o principal (condenação),

não há como realizar o pagamento do acessório (honorários advocatícios de 10% sobre o valor da condenação).

Ademais, a ação rescisória rescindiu a sentença de improcedência proferida nos autos do mandado de segurança coletivo.

Ocorre que não são devidos honorários advocatícios em mandado de segurança, conforme entendimento consolidado pela Súmula n. 105 do E. Superior Tribunal de Justiça. Desta forma, incabível a execução de honorários advocatícios em favor do Sindicato também por este motivo.

Por outro lado, os acordos celebrados não foram realizados em razão da ação judicial proposta pelo sindicato, nem da atuação do causídico da entidade sindical.

É preciso deixar claro que o sindicato ajuizou a ação rescisória sem necessidade, haja vista que a ação foi interposta após a edição da Medida Provisória 1.704/98, de 30/06/98. Ou seja, já existia a MP que reconheceu o direito dos servidores, estendendo-o a todo o funcionalismo público federal, inclusive quanto aos valores atrasados. E a MP já previu o acordo, para parcelamento dos atrasados, o qual os servidores federais aderiram em massa. Tal fato não era desconhecido do sindicato, que mesmo assim insistiu em propor a rescisória.

Ressalte-se, também, que os acordos foram celebrados muito antes de ser proferido o v. acórdão que julgou procedente a ação rescisória do sindicato e condenou a FUFMS ao pagamento do reajuste.

Com efeito, a MP 1704-1/1998, posteriormente substituída pela MP 2169-43, previa no seu art. 6º, que os servidores poderiam celebrar acordos até 19 de maio de 1999. Ocorre que o julgamento da ação rescisória (98.03.095816-0) proposta pelo sindicato apenas ocorreu em 21.06.2000 e a publicação do respectivo acórdão ocorreu somente em 03.04.2001.

Por fim, conforme exposto na petição inicial dos embargos à execução, a FUFMS noticiou a existência dos acordos individuais de todos os substituídos nos autos do Mandado de Segura a fls. 357/375. Desta forma, verifica-se que, mesmo sabendo desses acordos, o sindicato prosseguiu na execução de valores que sabia serem indevidos, visando unicamente o recebimento de honorários. Ora, a execução foi temerária, e o embargado não pode se beneficiar disto recebendo honorários vultosos, já que tratam-se de centenas de servidores representados.

Ante o exposto, requer-se que o recurso especial seja provido para esclarecer que houve a extinção da execução, nos termos do art. 794,

II, c/c art. 795, ambos do CPC, inclusive quanto aos honorários advocatícios fixados na fase de conhecimento" (fls. 197/204e).

Apresentadas contrarrazões (fls. 210/214e), o recurso foi admitido (fls. 218/219e).

O inconformismo não merece prosperar.

Em relação ao art. 535, II, do CPC/73, deve-se ressaltar que o acórdão recorrido não incorreu em qualquer vício, uma vez que o voto condutor do julgado apreciou, fundamentadamente, todas as questões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhes, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pela parte recorrente.

Vale ressaltar, ainda, que não se pode confundir decisão contrária ao interesse da parte com ausência de fundamentação ou negativa de prestação jurisdicional. Nesse sentido: STJ, AgRg no AREsp 408.492/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, DJe de 24/10/2013; STJ, AgRg no AREsp 406.332/MS, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, DJe de 14/11/2013; STJ, AgRg no REsp 1360762/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe de 25/09/2013.

Ademais, a bem da verdade, cabe ao magistrado decidir a questão de acordo com o seu livre convencimento, não estando obrigado a rebater, um a um, os argumentos apresentados pela parte quando já encontrou fundamento suficiente para decidir a controvérsia (EDcl no AgRg no AREsp 195.246/BA, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 04/02/2014).

Quanto ao mérito, o Tribunal de origem, ao analisar a controvérsia, assentou o seguinte:

"No caso em comento, a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (FUFMS) opôs embargos, objetivando a extinção da execução, com base nos artigos 794, II e 795 do Código de Processo Civil, tendo em vista que os substituídos do embargado obtiveram o reajuste de 28,86%, em razão de transação extrajudicial.

O MM Juiz a quo, ao analisar a questão, julgou antecipadamente a lide, acolhendo a pretensão da embargante.

Todavia, sustenta o recorrente que não houve comprovação dos acordos, por meio de juntada do instrumento de transação judicial, bem como não foi oportunizada a verificação dos valores apresentados em execução, e por essa razão não poderiam ser acolhidos os embargos.

Razão não lhe assiste.

Com efeito, o Egrégio Superior Tribunal de Justiça pacificou o entendimento de que, tendo sido o acordo dos 28,86% firmado em data anterior à edição da MP 2.169/01, quando não era possível suprir

a apresentação de homologação judicial por meio de documento do SIAPE, cabe à Administração apresentar o termo da transação, devidamente homologado pelo juízo competente (AGRESP nº 1011707 e RECURSO ESPECIAL nº 1188613).

No entanto, a mesma Corte entendeu que não havendo ação em curso podem os servidores firmar acordos na esfera administrativa para recebimento do reajuste (28,86%), independentemente de homologação judicial, o qual pode ser comprovado por meio de apresentação de extrato fornecido pelo Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE, mesmo no caso de transação ocorrida após a vigência da MP 2.169/01.

(...)

Assim, considerando que, no caso, houve acordo administrativo feito diretamente com os servidores, que não integraram o pólo ativo da ação originária, e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul para recebimento das diferenças do reajuste de 28,86%, comprovado pelos extratos fornecidos pelo SIAPE, não há mais crédito a executar em sede da presente demanda, não merecendo reparo, neste aspecto, a r. sentença a quo.

Na seqüência, no que tange ao pedido de execução da verba honorária, que também foi objeto de irresignação do apelante, verifico que foram fixados, no título exequendo, na base de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.

Contudo, no caso não há valores a executar, porquanto, os beneficiários do crédito formalizaram acordo com a empregadora em 1998, razão pela qual não há como fixar a verba sobre o montante condenatório.

Diante disso, acolho em parte a pretensão recursal para determinar o prosseguimento da execução com relação à referida verba e fixar os honorários advocatícios em 5% sobre o valor do acordo.

Ressalto, por oportuno, que as verbas sucumbenciais foram objeto da pretensão inicial dos presentes embargos, os quais foram acolhidos na sua integralidade, não tendo havido, destarte, a omissão em relação a eles, apontada pelo recorrente" (fls. 140/142e).

A parte recorrente alega malferimento do art. 20 do CPC/73, quanto à verba honorária. No entanto, quanto ao ponto, aplica-se o teor da Súmula 284 do STF, tendo em vista que a parte recorrente não desenvolveu, nas razões do Recurso Especial, argumentos para demonstrar de que modo tais dispositivos foram violados.

Na forma da jurisprudência desta Corte, "a admissibilidade do recurso

especial exige além da clareza na indicação dos dispositivos de lei federal supostamente contrariados, a explanação precisa da medida em que o acórdão recorrido teria afrontado cada um desses artigos, sob pena de incidência da Súmula 284 do STF" (STJ, AgInt no REsp 1.628.949/PI, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, DJe de 07/03/2018).

Baseando-se sua argumentação em mera indicação genérica de ofensa do acórdão a preceitos de lei federal, sem no entanto a demonstração de como a Corte local teria interpretado esses normativos e de como os teria contrariado, não cumpre o ônus da dialeticidade nem se presta a autorizar o processamento do apelo extremo.

É pacífico o entendimento desta Corte Superior no sentido de que a simples alegação de violação genérica de preceitos e normas infraconstitucionais desprovida de fundamentação que demonstre de que maneira houve a negativa de vigência do dispositivo legal pelo Tribunal de origem, não é suficiente para fundar recurso especial. Assim, inafastável a incidência da Súmula 284/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia."

Por fim, quanto à alegada ofensa ao art. 794, II, do CPC/73, o Recurso Especial não ultrapassa a admissibilidade, ante o óbice da Súmula 282 do Supremo Tribunal Federal ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando não ventilada, na decisão recorrida, a questão federal suscitada").

Isso porque, para que se configure o prequestionamento, não basta que o recorrente devolva a questão controvertida para o Tribunal, é necessário que a causa tenha sido decidida à luz da legislação federal indicada, bem como seja exercido juízo de valor sobre os dispositivos legais indicados e a tese recursal a eles vinculada, interpretando-se a sua aplicação ou não ao caso concreto.

Nesse contexto, por simples cotejo das razões recursais e os fundamentos do acórdão, percebe-se que a tese recursal vinculada ao dispositivo tido como violado não foi apreciada no voto condutor, sequer de modo implícito, não tendo servido de fundamento à conclusão adotada pelo Tribunal de origem. A propósito:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DECLARATÓRIOS. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA N. 284 DO STF. PREQUESTIONAMENTO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SUMULA N. 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A deficiência na fundamentação do recurso, de modo a impedir a

compreensão da suposta ofensa ao dispositivo legal invocado, obsta o conhecimento do recurso especial (Súmula n. 284/STF).

2. A simples indicação dos dispositivos legais tidos por violados, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta de prequestionamento, a teor da Súmula n. 282 do STF.

3. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos ou interpretação de cláusula contratual, a teor do que dispõem as Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

4. No caso dos autos, a modificação das conclusões do acórdão recorrido, a respeito da conduta protelatória do agravante, para fins de afastamento da multa por litigância de má-fé, demandaria análise do conteúdo fático dos autos.

5. Agravo interno a que se nega provimento" (STJ, AgInt no AREsp 273.612/RJ, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 23/03/2018).

Em verdade, embora tenham sido opostos Embargos de Declaração para suprir referida omissão, não tendo havido apreciação do Tribunal de origem quanto ao ponto, deveria ter sido alegado no Recurso Especial, ofensa ao art. 535 do CPC/73 (atual 1.022 do CPC/2015), suscitando omissão quanto ao tema. Contudo, da leitura das razões do Especial, verifica-se que a alegação de ofensa ao art. 535 trazida refere-se apenas à questão dos honorários.

Ausente, portanto, o prequestionamento quanto ao ponto.

Ante o exposto, **conheço em parte** do Recurso Especial (art. 535, II, do CPC/73) e, nesta extensão, nego-lhe provimento.

Não obstante o disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), deixo de majorar os honorários advocatícios, por tratar-se, de recurso interposto contra decisão proferida na vigência do CPC/73.

I.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES
Relatora